



**CÂMARA TÉCNICA DE PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CTPLAN)
CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL (CTIL)
Ata da reunião conjunta realizada em 3 de agosto de 2010**

1 Em 3 de agosto de 2010, reuniram-se conjuntamente a Câmara Técnica de Planos de
2 Recursos Hídricos (CTPLAN), a Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão (CTIG) e a
3 Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
4 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
5 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares
6 e suplentes: o presidente Márcio Antônio de Campos Coury, Ludmila Gomes Novaes,
7 Valéria de Fátima Malta, Jorge Sadala / Nélide Mara de Menezes e Hersília de Andrade e
8 Santos – representantes da CTPLAN; Thiago Garcia, Ludmila Gomes Novaes, Valéria de
9 Fátima Malta, Irany Maria de Lourdes Braga e Valéria Almeida Lopes de Faria –
10 representantes da CTIG; Paulo Afonso Romano, Valéria de Fátima Malta / Osny Zago,
11 Ludmila Gomes Novaes, Paula Meireles Aguiar / Evilânia Alfenas Moreira e Carlos
12 Alberto Santos Oliveira / Rander Abrão Tostes – representantes da CTIL. Assuntos em
13 pauta. **1) ABERTURA.** O presidente Márcio Antônio de Campos Coury declarou aberta
14 a reunião conjunta da CTPLAN, CTIG e CTIL. **2) COMUNICADOS DOS**
15 **CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **3) PROGRAMAS E SUB-**
16 **PROGRAMAS PARA A REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS**
17 **HÍDRICOS E DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DE MINAS GERAIS.**
18 **Apresentação: Benito Marangon, representante do IGAM.** Benito Marangon fez
19 exposição às Câmaras da proposta do IGAM para revisão do Plano Nacional de Recursos
20 Hídricos, com as contribuições apresentadas pela Câmara Técnica de Planos de Recursos
21 Hídricos e pelos comitês de bacias hidrográficas no Estado. O representante do IGAM
22 esclareceu que a proposição a ser aprovada pelas Câmaras Técnicas e o Plenário do
23 CERH deverá ser levada às oficinas regionais estabelecidas para reunir os Estados
24 considerando rio de domínialidade da União, visando harmonização entre metas. “O
25 objetivo deste trabalho é preparar o Estado para apresentar as suas metas da porção
26 mineira nas oficinas das regiões hidrográficas brasileiras. Especificamente, Minas Gerais
27 ficou com a responsabilidade de abrigar no Estado o encontro dos Estados que fazem
28 parte da bacia do rio São Francisco,” destacou Benito Marangon. Após a apresentação
29 das propostas, houve consenso em relação ao seguinte encaminhamento. A secretaria
30 executiva das Câmaras irá encaminhará a cada conselheiro a proposta da CTPLAN, as
31 contribuições dos comitês de bacias e as sugestões das gerências do IGAM que já
32 estiverem disponíveis, e os conselheiros terão prazo até 20 de agosto para analisar e
33 apresentar suas observações aos presidentes das respectivas Câmaras Técnicas. Os
34 presidentes da CTPLAN, CTIG e CTIL terão os dias 20 a 30 de agosto para se articular e
35 consolidar o documento que deverá ser apresentado como proposta unificada das três

36 Câmaras Técnicas, IGAM e comitês de bacias ao Plenário do Conselho Estadual de
37 Recursos Hídricos. O presidente Márcio Antônio de Campos Coury destacou, ainda, que
38 os conselheiros receberão a versão final consolidada para conhecimento, em meio digital.
39 O conselheiro Paulo Afonso Romano, da Câmara Técnica Institucional e Legal, registrou
40 a seguinte manifestação: “Entendo que para nós fazermos a melhor contribuição a este
41 documento, ela precisaria estar respaldada naquelas posições que já estejam consolidadas
42 no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ele que é o nosso patamar, na minha opinião.
43 Sem desmerecer todas essas contribuições, mas digo que as principais, necessariamente,
44 deverão estar balizadas pelo que será aprovado. Se não, podemos estar levando coisas
45 importantes, vamos dizer assim, no varejo, sem um alinhamento político-institucional e
46 até legal com o plano. Os planos, para serem bons, qualquer plano, têm que ter um nível
47 estratégico, um padrão estratégico, que vai atender àquele conjunto que vai ser submetido
48 a ele ou que vai se beneficiar dele, que no caso de Minas Gerais é a sociedade mineira. O
49 plano estadual, primeiro, não é um plano de governo, ele é estadual, independe de
50 governo. Segundo, o Estado é apenas como o órgão que dá a forma, mas, a rigor, os
51 interesses são da sociedade. Então essa linha estratégica nós vamos encontrar. Aqui, por
52 exemplo, nesse formato, não deu para a gente verificar algumas coisas que, em termos de
53 gestão de água, para nós são importantes. E não importa se a água é de domínio da União
54 ou de domínio do Estado. Ela estando dentro do território mineiro é para atender. Por
55 exemplo, algumas das posições políticas que o Estado de Minas Gerais tem percebido, e
56 o federal também: a água como fator de redução de desequilíbrio regional. Não é à toa
57 que se tem prioridade para investimentos na área do nosso semiárido. Então esse é um
58 corte mínimo de linha estratégica. Tem a ver com a questão de redução de disparidade de
59 renda, não só de região, mas também de pessoas. Coisas dessa natureza. Portanto, eu
60 acho importante, como tem sido aqui, ter a visão crítica em relação ao plano federal, o
61 mais crítica possível, mas devemos de ter em relação ao estadual também, para dar
62 consistência ao estadual e ele, inclusive, servir de base, já que outros Estados não têm
63 ainda, de um modo geral, não têm planos, ou se têm não são talvez da qualidade que o
64 nosso deve ter, para que isso facilite negociações que levem a importantes pactuações
65 que vamos ter que fazer nessas bacias nacionais, bacias cuja calha principal seja água de
66 domínio da União, com mais de um Estado. Esse é um ponto que para mim é muito
67 importante. Esse é o momento, eu diria que daqui para o final do ano, que nós temos para
68 organizar esse tipo de balizamento, para fortalecer a nossa posição em relação à
69 consistência de negociações que, certamente, vamos ter que fazer daqui para frente.
70 Outra coisa, de caráter geral, que na época do plano estadual eu fui muito enfático, e
71 dessa vez também aqui no estadual já fui, em todas as reuniões, e no caso do estadual já
72 foi absorvido, é que quando fala de eventos climáticos, eventos críticos, não fala de uma
73 coisa maior que eu acho que precisa estar estabelecida para o plano técnico-científico,
74 pelo menos, que é a questão de mudança climática. Porque uma coisa é a gente tratar de
75 uma política para o evento crítico depois que ele aconteceu, outra é preparar as atividades
76 econômicas, as atividades do dia-a-dia da própria sociedade civil, em relação ao que pode
77 vir a acontecer. Não é fazer, propriamente, previsão de tempo de longo prazo, porque a
78 ciência não está fazendo ainda, mas é para fazer projeções e estudos que venham

79 prevenir. Só para dar um exemplo, no caso de agricultura, nós estamos levando demanda
80 para universidades, a própria Epamig, ainda que modestamente, mas temos que ter
81 adaptação de plantas e adaptação de condições críticas que podem vir, por exemplo, de
82 muito calor, para animais, com sistemas agro-florestais, com a parte de eliminação de
83 solo nu; o solo tem que estar coberto. É claro que tem que ajustar isso com o objetivo
84 econômico. Mas e a pastagem degradada? Ali não fala este nome, mas fala em área
85 degradada. Na minha opinião, é o pior passivo ambiental que temos em Minas Gerais,
86 porque é de uma extensão absurda, é quase o Estado inteiro. Pastagens degradadas não
87 são o Estado inteiro, mas a metade, em enorme extensão. Para se ter ideia, 43% do
88 território do Estado estão em pastagem, e dessas estimamos que 50%, aproximadamente,
89 com algum nível de degradação; e é onde você tem zero de conservação de água e
90 pouquíssimo de conservação de solo. Portanto, essas mudanças de sistemas – não vamos
91 ter ilusão –, isso não muda por causa de mecanismo de comando e controle, colocar mais
92 fiscalização, mais polícia. Isso é mudança de sistema de produção, isso é coisa lenta, que
93 tem que ser estimulada, mas tem que estar na pauta, é estratégico ter isso na pauta, é
94 estratégico para a gente ir levando. Às vezes as pessoas pensam que o agricultor é
95 descuidado, mas ele está lá há gerações, e 80% são pequenos produtores, há gerações mal
96 sobrevivendo e ele, autonomamente, não vai fazer nunca aquilo se não tiver apoio
97 técnico, apoio financeiro etc. Nisso a gente estuda a questão dos pagamentos por serviço
98 ambiental, isso temos que colocar nas pautas para depois levar para o sistema bancário,
99 para incluir na área do crédito rural, porque senão não vai acontecer. Então essa é uma
100 linha política e estratégica que falo. Por exemplo, a questão de água, quando fala de
101 gestão, é um esforço enorme de fortalecer instrumentos de gestão, e aí vai fiscalizar mais,
102 vai fazer mais isso e mais aquilo e às vezes deixa de considerar algumas coisas que são
103 importantes. Por exemplo, aqui quando fala em impactos, só fala em impacto negativo;
104 quando fala em conflito já está presumindo que os conflitos são uma coisa normal. A
105 gestão é também para reduzir conflitos. Mas e a gestão para evitar conflitos, oferecendo
106 mais água, fazendo pactuação na perspectiva da abundância, e não pactuação na
107 escassez? Isso tudo é uma linha estratégica, é um jeito de pensar que nos ajuda. Então,
108 para mim, como estamos falando de planos, antes de descer para metas e unidade
109 regional. É lógico, quando chega à unidade regional, na bacia, a pessoa representa aquele
110 corte da sociedade, é ali que toca mais de perto. Então estou tentando com isso estimular
111 essa busca, que eu chamaria genericamente, da via da sustentabilidade. Não é alguém que
112 está falando que estão acabando com tudo, que é o fim do mundo, que tem que matar e
113 prender, muito menos a outra do ‘laissez-faire’, que deixa fazer como está porque não
114 tem solução. Acho que tem mesmo, nós estamos avançando na construção disso. Eu
115 concordo com uma coisa muito importante ali: faltam informações de melhor qualidade.
116 Então essa questão na linha técnico-científica, questão de melhorar os sistemas. O
117 sistema de informação já melhorou muito, já tem quase tudo disponível, bem organizado,
118 mas tem que se fazer. Na parte dos usuários, as indústrias mais organizadas estão
119 buscando fazer o reuso de água até por razões econômicas, e não é só por razão
120 ambiental. É porque isso é fundamental. Na agricultura, se nós pactuamos, aí vem aquela
121 coisa: em vez de dizer define tal critério e entrar no detalhe, vamos definir: agricultor que

122 conservar o solo tem prioridade ou pode ter acesso a maior quantidade de água, se ele
123 estiver solicitando. São maneiras de mobilizar as pessoas na visão dele, no código de
124 entendimento dele, porque, nós aqui da cidade ou aqui da área pública ficamos falando
125 para os outros fazer, é muito difícil que o resultado seja satisfatório. Então, nessa de
126 mobilização, nessa de comunicação, que é uma grande arma, eu acho que é preciso,
127 primeiro, a pessoa que está lá, o agente que está lá, estar de ouvidos abertos, de coração
128 aberto para receber. E aí nós vamos ter que trabalhar com instrumentos de estímulo, na
129 mesma linha do esforço enorme que se faz para os instrumentos de comando e controle.
130 Esse discurso não é meu, o secretário José Carlos Carvalho já falou isso aqui e nós
131 ouvimos isso tantas e tantas vezes: os instrumentos de comando e controle estão
132 esgotando a sua eficácia, estão uns atropelando os outros. Mas há os instrumentos de
133 estímulo. E, aliás, a política de Minas têm sido feita assim, tem o Bolsa Verde, tem o
134 Fhidro. Agora, melhorar esses mecanismos, eu estou plenamente de acordo. É preciso ter
135 agilidade e reduzir a burocracia. Está atendendo o objetivo, tem dinheiro, definiu, é isso
136 que se vai fazer, e depois fiscaliza. Isso é verdade, hoje, se não tem dinheiro, não tem,
137 acabou, responde na hora. Eu queria dar apenas essa contribuição do encontro dos dois
138 planos, que vai facilitar o trabalho nosso.” **4) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve
139 manifestações. **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
140 presidente Márcio Antônio de Campos Coury agradeceu a presença de todos e declarou
141 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Márcio Antônio de Campos Coury- Presidente da CTPLAN
(Representante da Fundação Rural Mineira)

Ludmila Gomes Novaes
(Representante da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata)

Valéria de Fátima Malta
(Representante da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora)

Jorge Sadala
(Representante da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS)

Nélida Mara de Menezes
(Representante da COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS)

165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207

Hersília de Andrade e Santos
(Representante do INSTITUTO SOS GUAICUY)

Thiago Garcia- Presidente da CTIG
(Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico)

Ludmila Gomes Novaes
(Representante da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata)

Valéria de Fátima Malta
(Representante da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora)

Irany Maria de Lourdes Braga
(Representante do Instituto Brasileiro de Mineração)

Valéria Almeida Lopes de Faria
(Representante da Companhia Energética de Minas Gerais)

Paulo Afonso Romano
(Representante da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO)

Valéria de Fátima Malta
(Representante da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora)

Osny Zago
(Representante da Prefeitura Municipal de Sacramento)

Ludmila Gomes Novaes
(Representante da Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata)

208

209

210

211

212

213

Paula Meireles Aguiar – Presidente da CTIL
(Representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais)

214

215

216

217

Evilânia Alfenas Moreira
(Representante da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS)

218

219

220

221

222

Carlos Alberto Santos Oliveira
(Representante da FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS)

223

224

Rander Abrão Tostes
(Representante da COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS)